

Centro Universitário de Belo Horizonte

Alice Ferraz de Almeida

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUAS MUDANÇAS: UMA
COMPARAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA VELHA E O PRIMEIRO
GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS**

Belo Horizonte

2010

Alice Ferraz de Almeida

**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUAS MUDANÇAS: UMA
COMPARAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA VELHA E O PRIMEIRO
GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS**

**Artigo científico apresentado ao Centro
Universitário de Belo Horizonte como requisito
à obtenção da graduação em Relações
Internacionais**

Orientadora: Túlio Ferreira

Belo Horizonte

2010

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUAS MUDANÇAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA VELHA E O PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

Alice Ferraz de Almeida¹

Túlio Sérgio Henriques Ferreira²

RESUMO

Este artigo faz uma comparação da política externa brasileira entre o período da República Velha e o Primeiro Governo de Getúlio Vargas. Analisa fatores externos e internos dos períodos estudados em busca de compreender uma possível mudança de direcionamento da política exterior de Vargas em face às decisões tomadas por um único líder ou um grupo de lideranças. E então, partindo do pressuposto que exista tal mudança, verificar o nível em que esta ocorreu.

Palavras-chave: República Velha- Getúlio Vargas - Política Externa Brasileira – Europa - Estados Unidos - Pragmatismo

ABSTRACT

This article aims to make a comparison of Brazilian foreign policy between the period of the Old Republic and the First Government of Getúlio Vargas. It analyzes internal and external factors of the studied periods in order to understand a possible change of direction in the foreign policy of Vargas regarding decisions made by a single leader or a group of leaders. So assuming there is such a change, check the level which this occurred.

Keywords: Old Republic - Getúlio Vargas - Brazilian Foreign Policy – Europe - United States - Europe - Pragmatism.

¹ Aluna do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte.
E-mail: liceferraz02@hotmail.com

² Professor orientador Mestre em Relações Internacionais pela UnB.
E-mail: tulio.ferreira@prof.unibh.br

A Política Externa Brasileira e suas mudanças: Uma comparação entre a República Velha e o Primeiro Governo de Getúlio Vargas

INTRODUÇÃO

A política externa visa alcançar os objetivos internos do Estado nas suas relações com outros. Ela busca cuidar dos interesses do país, como sua segurança, economia e ideologia. Para isso, pode-se usar tanto de uma cooperação internacional quanto de um conflito belicoso.

A utilização da política externa pode influenciar a vida da população do país, uma vez que, através de negociações exteriores podem resultar alterações no regime político adotado ou mesmo em sua economia política. E as articulações internas fazem o caminho inverso.

A política externa brasileira se encontra hoje em um momento de destaque, tendo em vista a participação do país nos mais diversos encontros e foros internacionais, na busca por melhorias para o desenvolvimento do Brasil.

A atual política externa tem colocado o Brasil sempre em evidência, tornando o país cada vez mais participativo no jogo político internacional. Atua como mediador de conflitos, luta pelos interesses das potências médias, age como líder da América Latina e, não muito raro, bate de frente com os Estados Unidos. Essas atitudes causam várias discussões em torno da política externa brasileira usada no governo anterior, em níveis de comparações.

Por estar em foco, o tema desperta o interesse nas relações exteriores do país e toda a dinâmica que a envolve. Um tema atual e que também nos leva a comparar e entender as ações de política externa em um período mais distante, mas não menos complexo.

Será realizada aqui, uma comparação entre a República Velha e o Primeiro Governo de Vargas para descobrir se ocorreu ou não mudanças na política externa de um regime para o outro, e caso tenha ocorrido, qual o grau dessa mudança. Para que isso seja possível, serão analisadas nos dois regimes as quatro variáveis do modelo de Hermann (1990, *apud* Vigevani e Cepaluni, 2007): a reestruturação doméstica, a figura do líder, a burocracia e os choques externos.

As Mudanças da Política Externa pelo Modelo de Hermann

Segundo Hermann (1990, *apud* Vigevani e Cepaluni, 2007, p. 277), “as mudanças na política externa podem ser enquadradas em um *continuum* que vai desde pequenos ajustes, passando por modificações de objetivos e de programas, até alterações fundamentais no comportamento internacional dos países”. O modelo de Hermann oferece quatro prováveis origens para o grau das mudanças: as causadas pelo âmbito doméstico, as mudanças causadas pela liderança, pela burocracia e as mudanças causadas pelos choques externos.

Tais ajustes são mudanças que transmitem o esforço para as finalidades dos Estados. Eles tendem a ser quantitativos objetivando as mudanças de destaque em certos temas da política externa. Quanto às decisões, às realizações e à razão pela qual tais medidas são adotadas, continuam constantes. As mudanças de programas são alterações onde uma nação almeja alcançar metas relacionadas à sua política externa. As mudanças de programas são qualitativas e abrangem novos instrumentos de ação. Elas preferem as negociações diplomáticas ao uso da força. Enfim, vão em busca das mesmas metas, mas utiliza de novos meios e instrumentos.

No que se refere às mudanças de problemas/metras, elas acontecem quando as metas políticas são modificadas ou abandonadas, dessa forma, novas propostas substituem as antigas.

Para finalizar, temos as mudanças de orientação internacional que é a maneira mais radical de mudança, desviando totalmente a ação dos atores do Estado. Essa mudança transforma os objetivos internacionais do país, muda a política e várias medidas são tomadas simultaneamente. Essas são as três maneiras de redirecionamento da política: mudanças de programa, de problemas/metras e de orientação internacional (Vigevani e Cepaluni 2007).

Assim, no modelo de Hermann (1990, *apud* Vigevani e Cepaluni, 2007), vemos que as mudanças ocorrem por diferentes atores e eventos.

Quanto à reestruturação doméstica, entende-se tanto uma mudança de reconfiguração total no sistema, quanto uma mudança mais sutil e a possibilidade de grupos relevantes da sociedade que tem a capacidade para provocar mudanças na política externa devido às suas demandas. No que se refere aos líderes, a origem das mudanças se dá nas ações desencadeadas por algum

líder político, que deve possuir total convicção para fazer seu governo mudar o rumo ou se redirecionar. As mudanças de origens burocráticas ocorrem quando um grupo apoia o redirecionamento das políticas, podendo assim influenciar as decisões do governo como um todo. Para tanto, o grupo precisa do apoio dos líderes ou pelo menos de uma concordância para poder se sobressair politicamente. Por fim, temos as mudanças originadas por choques externos que são consequência de acontecimentos internacionais dramáticos. (Vigevani e Cepaluni 2007).

Veremos a seguir as mudanças da República Velha para o Primeiro Governo de Getúlio Vargas pelo modelo de Hermann, no que se alude aos diferentes atores e eventos.

CONJUNTURA DA REPÚBLICA VELHA

Política Interna e a República das Oligarquias

Nesse período, o contexto interno do Brasil era de uma República Oligárquica constituída por grandes proprietários de terra. Seus interesses mostravam o caminho que os governantes deveriam tomar em relação à política externa do país e aos setores domésticos.

Na época em questão, o país vivia em crise política, tinha problemas financeiros, era dependente do capital estrangeiro e a economia era agroexportadora. A política era descentralizada, onde os estados tinham autonomia em diversos setores governamentais. Todas as decisões eram baseadas nos interesses de grupos de pessoas relacionadas ao café. Entretanto, havia os “coronéis” que eram latifundiários do interior e que detinham a obediência da população de sua região. Os interesses desses chefes locais eram encaminhados ao governo estadual e de lá ao federal.

Os objetivos políticos brasileiros e a busca por seus interesses pelo Itamaraty frente ao estrangeiro eram a tradução do que queriam essas elites produtoras, principalmente de café, que tinham imenso peso em todas as decisões do governo.

Através do coronelismo existiu a política de valorização do café, a política dos governadores e do “voto de cabresto” e assim a oligarquia cafeeira, afirma cada vez mais o domínio que tem no país.

No mandato do presidente Campos Sales havia um acordo feito entre o governo federal e os governos estaduais em que os governadores apoiariam o presidente e este deveria reconhecer a vitória dos senadores e deputados que os apoiavam. Desse jeito, não haveria oposição no Congresso Nacional, podendo o presidente governar deliberadamente. E se por acaso fosse eleito algum deputado da oposição, era utilizada a Comissão Verificadora de Poderes, composta por membros da Câmara, incriminando-os de fraude eleitoral. Dessa forma, era mantido o poder local das oligarquias estaduais.

Outro método utilizado pelas oligarquias estaduais era a política do café-com-leite, onde era feito um revezamento entre o poder mineiro e o paulista no executivo federal.

Na época estudada neste trabalho, não havia o segredo do voto e existiam as fraudes eleitorais. Os coronéis eram os responsáveis pelo controle do poder da sua região (“curral eleitoral”) e utilizava do clientelismo, uma troca onde o político ajusta suas ideias de acordo com o interesse de um grupo (clientes) e assim consegue seus objetivos (votos) – o chamado “voto de cabresto”.

O café foi durante meados do século XIX até os anos 1930 o principal produto exportador do país, como mostra Garcia:

O modelo agroexportador era a base de sustentação econômica da República Velha. Nos anos vinte, a despeito das mudanças no cenário mundial e da aceleração do processo de industrialização em diversos países, a economia brasileira continuava “essencialmente agrícola”. O censo econômico de 1920 mostrou que, em comparação com a produção das indústrias, o valor líquido da produção agrícola representava quase 80% do produto físico total da economia. A atividade agrícola, por sua vez, estava baseada em culturas para exportação, que em seu conjunto correspondiam a quase 60% da agricultura e ocupavam 50% da área cultivada. A expansão dessas culturas de exportação, em especial o café, foi favorecida por estímulos específicos, como a política de valorização, transformada em defesa permanente. A manutenção dos preços do café em níveis elevados, por meio de controle de sua oferta no mercado mundial, fez expandir o comércio exterior no período de 1923 a 1928 e também influiu fortemente na recuperação das relações de troca, com sua subsequente melhoria na capacidade de importar. (2006, p. 118-119).

No fim do século XIX, a principal economia do Brasil deu início a um processo de crise devido à enorme quantidade de produção do café no mundo. E a procura era menor que a oferta, fazendo com que caíssem os preços do produto originando enormes prejuízos aos cafeicultores.

Com o intuito de dar fim à crise que se estendia, a oligarquia cafeeira investiu em meios para valorizar o produto e aumentar seu preço, tanto que em 1906 foi criado um mecanismo de

intervenção do estado na economia cafeeira em Taubaté no estado de São Paulo. Os governadores Nilo Peçanha do Rio de Janeiro, Francisco Sales de Minas Gerais e Jorge Tibiriçá de São Paulo, que eram os principais produtores de café do país, firmaram um acordo onde comprariam toda a produção de café para criar estoques. Dessa forma ocorreria uma ausência do produto no mercado e elevaria os preços e então, venderiam a produção estocada. (CARONE, 1969).

Para tanto, os governos teriam que tomar empréstimos no exterior para poder comprar todo aquele café que estava sendo produzido e, caso não fosse vendido todo o estoque, o governo queimaria o excedente.

Ainda para valorizar o café, foi realizada uma política de desvalorização da moeda brasileira frente à estrangeira, coisa que daria prejuízos aos que necessitavam das importações, uma vez que no país se importavam roupas e alimentos, tornando cada vez mais caros esses produtos. Por outro lado, para quem vivia das exportações, era um bom negócio, visto que o café, por exemplo, se tornaria mais barato aos seus compradores estrangeiros.

A melhoria da situação se deu no início dos anos 1920. Segundo Garcia:

O melhor desempenho da agroexportação deu-se depois da crise do pós-guerra (1920-1923) e antes da grande depressão mundial iniciada em 1929. Assim, de 1924 a 1928, o valor das exportações atingiu níveis nunca alcançados no período de 1889-1939, exceto em 1919. Quanto às importações, em 1928 o seu valor atingiu o nível máximo do período 1889-1939. Com base nesse e em outros indicadores, Villela e Suzigan argumentaram que os anos vinte marcaram o auge da economia agroexportadora, que se expandiu a uma taxa anual muito mais elevada (9%) que a dos demais setores da produção agrícola (4,5%). Sendo o setor dinâmico da economia, era natural, por conseguinte, que os interesses da agroexportação se vissem de algum modo refletidos na diplomacia econômica das oligarquias. (GARCIA, 2006, p. 119)

Após o encontro em Taubaté, como é mostrado no texto de Garcia, houve uma segunda valorização do café que,

ocorreu em 1917, em plena guerra, sob pressão do Estado de São Paulo, em função das restrições no consumo mundial e da iminência de uma safra particularmente abundante. A terceira operação valorizadora, iniciada em março de 1921, teve origem mais uma vez no fenômeno recorrente em todas elas: uma colheita farta no Brasil influenciava as expectativas do mercado e os preços internacionais do café sofriam queda considerável. O quadro adverso era emblemático da vulnerabilidade do regime da monocultura no país. A instabilidade do câmbio dava margens a sobressaltos constantes e a situação agravava-se sempre que houvesse retração na demanda por causa das dificuldades nos mercados consumidores, como, no último caso, a crise econômica mundial de 1920-1921. (GARCIA, 2006, p. 313--314).

O surgimento de um grande evento bélico mundial em 1914 prejudicou comércio internacional de forma drástica, havendo uma grande desaceleração na economia. A dificuldade para exportar o café produzido no Brasil se elevou, o que só piorou a situação, visto que o país estava produzindo muito mais do que exportava, desencadeando a própria política de valorização, como já foi dito. Entretanto, todo esse contexto de guerra e de oferta maior que a demanda do café contribuiu para a industrialização no país. A diminuição de capitais estrangeiros e tendo o país que honrar a sua dívida externa, fez com que as divisas nacionais reduzissem. Como as importações estavam restritas, começou o investimento em máquinas para a modernização da indústria e a produção de artigos industrializados nacionais.

A decisão de se alinhar a um lado ou a outro no conflito não foi tão simples, uma vez que existiam muitas influências de várias correntes dentro do próprio território brasileiro. Entretanto, com uma aproximação cada vez maior com os norte-americanos e com o ataque a navios brasileiros por submarinos alemães, ficou mais fácil se alinhar ao vizinho do Norte.

Crise das Oligarquias Agrárias

A partir dessas mudanças, a indústria brasileira expandiu e mudou o jeito de crescer das sociedades urbanas. Dessa maneira, surgiram a burguesia industrial, a classe média e claro, o operariado. Com a chegada dessas novas classes, as oligarquias agrárias começaram a correr o risco de não continuar com todo o seu poderio, isso ocorreu principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Reivindicando sua participação nas tomadas de decisões do governo, estava a burguesia e as novas classes da sociedade brasileira urbana. Começam as reivindicações e cobranças para a mudança do processo eleitoral existente no país, dando fim ao coronelismo, às fraudes eleitorais, o “voto de cabresto”, os “currais eleitorais”, enfim, toda a corrupção da República Oligárquica. E ainda, que o governo passe a investir mais na indústria brasileira, deixando de dar suporte específico à produção do café. (FAUSTO, 2003).

Mas não só a burguesia surgia como nova classe da sociedade urbana, havia também os operários que trabalhavam nas fábricas dos burgueses e que cresciam em massa, bem como começavam a se organizar em sindicatos trabalhistas, pois não tinham um salário mínimo

estipulado, as horas de trabalho eram longas, o ambiente de trabalho era humilhante, havia exploração do trabalho infantil e acidentes eram comuns. Diante deste quadro iniciaram-se as greves que, na época, eram tratadas como caso de polícia.

Nesse período, surgia na Rússia uma revolução com o intuito de enviar a outros países os ideais bolcheviques e fizeram a III Internacional Comunista (Comintern), em março de 1919. Concomitantemente, estava sendo realizada a Conferência de Paz em Paris que tratava, entre outros assuntos, as questões trabalhistas, criando a Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde se estabeleceram novas condições de trabalho, dando mais dignidade ao trabalhador a partir daquele momento. (GARCIA, 2006, p. 494-495)

Em 1917, na cidade São Paulo, uma greve geral paralisou a cidade nos meses de junho e julho. Um dos motivos que incentivou esses sentimentos nos trabalhadores brasileiros, foi a Revolução Russa no fim da I Guerra Mundial, levando operários e camponeses ao poder, liderados pelo Partido Comunista. Essa revolução influenciou os operários brasileiros ligados ao movimento anarquista, que deixaram o movimento para fundar em 1922 o Partido Comunista Brasileiro. Em 1928, comunistas e socialistas se uniram para formar o Bloco Operário e Camponês e o objetivo era influir nas eleições que se aproximavam.

As principais conquistas dos operários da década de 1920 foram: a lei da aposentadoria e da licença remunerada para tratamentos de saúde. Mas eram tempos difíceis e os governos republicanos ignoravam as reivindicações dos operários e a repressão policial era severa durante as manifestações de protesto.

Na década de 1920 essa situação começou a mudar, ficando cada vez mais difícil governar de costas para o povo. Um dos movimentos que defendiam mudanças na República Velha foi o Tenentismo (as exigências deste movimento eram condizentes com as da classe burguesa, como o fim ao “coronelismo”, das “fraudes eleitorais”, do “voto de cabresto” e dos “currais eleitorais”), que nasceu entre os jovens oficiais das forças armadas. E tiveram sua primeira ação na revolta do Forte de Copacabana do Rio de Janeiro em 1922.

Dois anos depois os jovens oficiais de São Paulo também se rebelaram, o que se repetiu em Minas Gerais, Sergipe, Pará e Rio Grande do Sul. O governo sufocou todas essas rebeliões, mas os revoltosos de São Paulo e Rio Grande do Sul conseguiram fugir e formaram a Coluna Prestes, e foram liderados por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa. A coluna chegou a juntar mais de 2.000 homens que percorreram milhares de quilômetros pelo interior do Brasil. No

final tiveram que fugir do país e se exilaram na Bolívia, dando fim à coluna em 1927. Outros setores políticos se juntaram aos tenentes na crítica à República Velha: como a classe média urbana, os trabalhadores e algumas oligarquias estaduais.

De acordo com a política do café-com-leite nas eleições de 1929, o próximo presidente deveria ser um mineiro, mas foi lançada a candidatura de outro paulista, Júlio Prestes. Aproveitando da briga entre os coronéis, a oposição lançou a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas com o apoio dos mineiros.

O resultado das eleições deu vitória a Júlio Prestes, mas os aliados de Getúlio não se conformaram com a definição, iniciando a Revolução de 1930.

Política Externa

A política externa da República no Governo Provisório, com o fim da Monarquia, foi marcada pela aproximação com os Estados Unidos e com todo o continente americano. O reconhecimento do novo regime pelo vizinho do norte (29 de janeiro de 1890) se deu de maneira rápida e de bom grado devido às boas relações que tinham com o Brasil e à possibilidade de aumentar sua influência no país, uma vez que a Grã-Bretanha (grande potência da época) o fizera um pouco mais tarde (maio de 1891) seguida por outros países da Europa³.

No início da República houve uma crise política devido à competitividade existente entre o Exército e a Marinha quando da posse de Floriano Peixoto como presidente, o que favoreceu o início da “revolta da força naval contra o governo legal”, que tinha como objetivo estabelecer-se em “nome da pureza dos princípios republicanos”⁴.

No exterior a revolta não foi vista com bons olhos, mas sim com muita desconfiança, como vemos em Bueno (2002, p. 174) “não apenas se punha em dúvida a capacidade de o Brasil se autogovernar, mas, também, de a República manter a unidade nacional”.

³ Prova da aproximação com o continente se vê nos fechamentos de legações existentes em vários países da Europa e a criação de outros na América do Sul, estreitando laços com os vizinhos (Cervo e Bueno, 2002, p.151-154, 159-163).

⁴ Cervo e Bueno, 2002, p.173-174.

Ao início da revolta, as forças navais dos Estados Unidos, Portugal, França e Grã-Bretanha fizeram um intermédio com o governo e a Armada, deixando claro a Custódio José de Melo, líder da revolta, que a qualquer ataque ao Rio de Janeiro ofereceriam resistência. Tal declaração é vista em Cervo e Bueno como:

A intervenção, não obstante ferisse a soberania nacional, foi bem aceita pelas autoridades legais, uma vez afastada a possibilidade de bloqueio e resguardada a capital de bombardeio, retirava o principal trunfo dos revoltosos. (CERVO e BUENO, 2002, p. 174).

Com a chegada de Saldanha da Gama à chefia da Revolta da Armada, parecia que a situação tomaria rumos difíceis para o presidente Floriano Peixoto. Então Salvador Mendonça, ministro brasileiro em Washington, buscou com os Estados Unidos apoio para que quebrassem o bloqueio na baía de Guanabara. Os norte-americanos desfizeram o bloqueio, dando fim ao conflito no momento exato em que os europeus decidiam acabar com o apoio que haviam dado ao governo de Floriano, assim aumentava cada vez mais a influência dos estadunidenses no Brasil.

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores em 13 de dezembro de 1902, o Barão do Rio Branco tinha objetivos que nas palavras de Cervo e Bueno eram:

[...] a busca de uma supremacia compartilhada na área sul-americana, restauração do prestígio internacional do país, intangibilidade de sua soberania, defesa da agroexportação e, sobretudo, a solução de problemas lindeiros. (CERVO e BUENO, 2002, p. 177).

Continuando com o que ocorreu na instauração da República no Brasil, Rio Branco seguiu a forte aproximação com os Estados Unidos. Ao barão foi dada total autonomia de execução da política externa brasileira pelos quase dez anos que a conduziu.

O barão não era contra a presença norte-americana em países latinos para ajudar em conflitos instalados, por exemplo, na guerra civil do Paraguai, como vemos em Cervo e Bueno (2002, p.182), “o chanceler via a possibilidade de nações mais fortes desempenharem ação benéfica em favor da paz sobre nações mais fracas.”

Um dos grandes feitos diplomáticos do chanceler brasileiro foi a solução da questão do Acre. Havia se estabelecido um conflito entre a Bolívia e o Brasil pela região, uma vez que a população que a habitava era de nordestinos brasileiros, e conforme Cervo e Bueno (2002, p.

188), "em 1899 tornou-se conflagrada quando autoridades da Bolívia, querendo impor sua soberania, estabeleceram uma aduana em Puerto Alonso."

A situação pioraria, uma vez que a Bolívia não conseguiria impor sua autoridade no local, decidindo arrendar em 1901 a região para um consórcio anglo-americano, que exploraria as riquezas do lugar, não agradando ao Brasil, devido o acesso ao mar da região. A revolta acreana permaneceria até que Rio Branco assumisse o Ministério das Relações Exteriores. (SINGER, 1989).

Para resolver o problema do consórcio *Bolivian Syndicate*, o barão decidiu indenizá-lo tendo que pagar o valor de 114 mil libras ao assinarem o distrato. Com o afastamento do *Syndicate*, a situação na região se pacificou e o Brasil começou a negociar com a Bolívia a questão do Acre. (CERVO e BUENO, 2002, p. 192).

Para dar fim de uma vez na situação, as negociações se concluíram com uma compra, onde o Brasil cedeu-lhe, como vemos em Cervo e Bueno (2002, p. 193) "cerca de 3.200 quilômetros quadrados e a indenização de 2 milhões de libras-ouro (em duas prestações), em troca de 191 mil metros quadrados." E ainda prometeu construir no país a Ferrovia Madeira-Mamoré, podendo a Bolívia ter livre acesso.

Ao que se refere às relações brasileiras, ainda na diplomacia do barão do Rio Branco com os países do sul do continente, houve certo temor por parte dos nossos vizinhos latinos, com a estreita aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Como mostra em Cervo e Bueno (2002, p. 193-194), "temia-se o imperialismo norte-americano." E continua mostrando o receio argentino:

Na capital argentina, um setor da imprensa, ao analisar a política externa brasileira, viu-a com pretensões de domínio na América do Sul, com respaldo norte-americano. (CERVO e BUENO, 2002, p. 194).

A situação com a Argentina piorou quando foi aprovado o rearmamento naval do Brasil e com a criação da embaixada brasileira em Washington em 1905. A imprensa argentina acreditava que esses fatos provavam a intenção brasileira de se colocar superiormente aos outros países do sul do continente e de ambicionar "ser a primeira potência militar da América do Sul". (CERVO E BUENO, 2002, p. 195).

Rio Branco buscou acabar com esse sentimento dos países vizinhos, procurando se aproximar de todos, principalmente, Chile e Argentina, as duas maiores nações vizinhas, criando o pacto

ABC, o que não significava uma oposição sulista à principal potência de todas as Américas, os Estados Unidos, mas sim para atuarem juntos nas questões sul-americanas⁵.

Como já vimos, as questões de fronteiras foram ponto forte na diplomacia de Rio Branco, conseguiu resolver todas de maneira pacífica, sem qualquer uso da força. Nesse período, o Brasil passou a ter relações mais próximas com os Estados Unidos, deixando de lado a longa e duradoura relação que tinha com a Grã-Bretanha. As relações políticas, sociais, diplomáticas e econômicas passaram a ser feitas com os Estados Unidos. A política externa brasileira adotava atitudes de projetar o país para o exterior e aproximação com os Estados do continente americano.

O barão do Rio Branco utilizou do pragmatismo na sua política de aproximação com os EUA, pois via nessa proximidade a melhor estratégia para alcançar seus objetivos principais. Entendendo dessa maneira que a aliança não foi impensada ou espontânea, estava em jogo os interesses daqueles que detinham o poder no país – o setor de agroexportação de café – e vendiam seu produto principalmente para os norte-americanos.

Ao se alinhar aos Estados Unidos e ao aderir à Doutrina Monroe e ao Corolário Roosevelt, garantiriam os principais objetivos de política externa na época e a hegemonia na América Latina, uma vez que a Argentina era muito mais ligada à Grã-Bretanha e não aceitava a posição estadunidense como polícia das Américas. Logo, o apoio aos Estados Unidos trariam bons frutos ao Brasil.

Observamos em Cervo e Bueno a caracterização do comércio entre os dois países:

O intercâmbio comercial do Brasil com os Estados Unidos foi sempre crescente na época considerada. No período de entreguerras, aqueles passaram a ser também o nosso principal vendedor, suplantando a Grã-Bretanha. No processo brasileiro de industrialização, via substituições de importações, os norte-americanos marcaram presença nos investimentos. Não obstante os ingleses tenham mantido posição de destaque no comércio de exportação e na atividade bancária, o declínio da influência inglesa sobre a economia brasileira foi acentuado no período citado. Tal refluxo da Grã-Bretanha deveu-se não apenas à concorrência, mas também à perda da posição de primeira potência do mundo capitalista. O começo desse processo de declínio da influência inglesa situa-se no início da Primeira Guerra (1914). Foram afetados pelo conflito os transportes marítimos, o fornecimento de importações e o emprego de capitais britânicos. (CERVO e BUENO, 2002. p. 203-204).

No início da I Guerra Mundial, o Brasil declarou sua neutralidade no conflito. Somente com o torpedeamento de um navio brasileiro que navegava em local bloqueado pela Alemanha, o

⁵Ibid., p.195-196.

Brasil tomou uma atitude e rompeu as relações diplomáticas com o país beligerante em abril de 1917. Não satisfeitos, os alemães afundaram mais um navio brasileiro com submarinos em maio do mesmo ano. Como consequência, Wenceslau Brás, presidente do país na época, tomou posse de navios alemães que estavam nos portos brasileiros. Mais dois navios brasileiros foram torpedeados e a população já se manifestava em favor do apoio do governo à Inglaterra, França, Império Russo e Estados Unidos (este último entrou na guerra em abril de 1917). Assim, o Brasil declara estado de guerra contra a Alemanha em outubro deste ano.

A entrada do Brasil na guerra foi bem discreta, enviando uma junta médica e a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) para a França. Infelizmente em Dakar a DNOG foi contaminada pela gripe espanhola matando parte da delegação, chegando a Gibraltar o restante da tropa um dia antes da declaração do armistício.

A exportação de café foi prejudicada pelos conflitos navais da Primeira Guerra Mundial, como podemos ver em Bueno:

A guerra nos mares levou as companhias nacionais a interromperem as viagens para a Europa. A exportação de café teve ainda uma dificuldade específica, pois o produto foi declarado contrabando de guerra pela Grã-Bretanha, e conseqüentemente, teve sua entrada proibida naquele país pelo fato de não ter sido, juntamente com outros produtos, inclusive oriundos de suas colônias, considerado gênero de primeira necessidade. (BUENO, 2002, p. 211).

Ainda assim, foi positivo o resultado da balança comercial do país na época, pois as exportações aumentaram em produtos como banha, carnes congeladas e cereais. Entretanto, os resultados pioraram depois que a Europa se recuperou, voltando a sua produção normal. Para agravar a situação da balança comercial, os custos das importações se elevaram e ainda em alguns países o valor da moeda aumentou. (CERVO e BUENO, 2002, p. 212).

Ocorreu também a elevação no custo das importações, diminuindo o número de produtos importados, o que causou déficit na balança comercial. Apresentou-se déficit em 1920 e a situação normalizou-se apenas em fins de 1921.⁶

O Brasil conseguiu bons acordos nas conferências de paz com o fim da Primeira Guerra Mundial. Um deles foi a respeito de um café que estava depositado na Europa, que garantia dois empréstimos que o país havia feito no continente antes mesmo do início do

⁶ Cervo e Bueno, 2002, p.213.

conflito. O dinheiro seria utilizado para as reparações do conflito, porém conseguiu-se reverter a situação e o Brasil recuperou a quantia. (CERVO e BUENO, 2002, p. 214).

Outra questão que obteve bom resultado foi referente aos navios apreendidos pelo Brasil após o torpedeamento alemão contra navios mercantes brasileiros. Os navios foram reconhecidos no fim do conflito como propriedade do país e não precisou pagar indenização pelo uso dos destes.

Devido à sua participação na Primeira Guerra Mundial, o Brasil garantiu seu ingresso na Liga das Nações e teve no governo de Artur Bernardes (1922/1926) total empenho para conseguir um assento permanente no Conselho, uma vez que os Estados Unidos não participaram do evento e a América ficaria sem representante. Candidatou-se ao cargo e foi contra a entrada da Alemanha e Espanha por não ter sido aceito. Sem o apoio dos outros países da América Latina, dos Estados Unidos e de grande parte da população interna, a possibilidade de alcançar seu objetivo se tornava cada vez mais distante. (GARCIA, 1994).

Artur Bernardes e toda a comitiva que esteve nas negociações lutaram bravamente, participaram de todos os eventos, estiveram sempre presentes, ajudaram na fundação da Liga, mas só conseguiram por sete anos o cargo de membro temporário. E enfim, no dia 10 de junho de 1926 é comunicada a renúncia brasileira de sua função no órgão, e a explicação seria de que a condução das negociações tomou outro rumo, como vemos na exposição de argumentos em Garcia (1994, p. 18) “a Liga tinha-se desviado de sua função universal para ser o instrumento subordinado de um grupo regional de países”. E assim, voltaria sua atenção para o continente americano que era onde tinha seus reais interesses, aproximando-se ainda mais com os Estados Unidos.

Percebe-se então um equívoco na avaliação da delegação brasileira com relação ao seu valor. Tudo era uma questão de vaidade e um surto de que o país tinha um poder que de fato não tinha, supervalorizando a sua importância para a dinâmica na Liga.

O período da República Velha foi caracterizado por uma forma de governo baseada nos interesses dos grandes latifundiários. Os estados nacionais eram autônomos, podendo governar livremente e, para a sustentação das oligarquias, existiam a política dos governadores e a política do café-com-leite. Na política externa do período, realizou-se a mudança de direcionamento da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, além dos problemas de fronteiras que foram resolvidos e a tentativa de projeção do Brasil para o cenário

internacional. Junto com a crise das oligarquias desenvolvida pelos eventos ocorridos dentro do país, a insatisfação com o modelo vigente e o rompimento com a política do café-com-leite pelos paulistas resultaram na Revolução de 1930, liderada pelo próximo presidente do Brasil, Getúlio Vargas.

CONJUNTURA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

Política Interna

A Revolução de 1930 deu um ponto final na chamada República Velha e, “pôs fim na hegemonia da burguesia do café, desenlace inscrito na própria forma de inserção do Brasil, no sistema capitalista internacional”.(FAUSTO, 1972, p. 112).

A República Velha já dava sinais de fragilidade entre os anos de 1917 e 1930. No ano de 1930 seriam as eleições para a presidência do Brasil. Como já acontecia, havia uma alternância de políticos mineiros e paulistas no poder, seguindo essa lógica, este ano seria o momento de um mineiro tomar o poder de acordo com a política do café-com-leite. Entretanto, o Partido Republicano Paulista do presidente Washington Luís recomendou a candidatura de outro paulista, Júlio Prestes, desfazendo com aquela política.

Por insatisfação do ocorrido, o Partido Republicano Mineiro aliou-se com os políticos do Rio Grande do Sul e da Paraíba, constituindo assim a Aliança Liberal⁷, lançando a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas para a presidência da república. Esta aliança representava interesses do ponto de vista econômico que não estavam diretamente vinculados com o café. A Aliança Liberal perdeu as eleições de 1930. Fato diferenciado que ocorreu nessa época foi a indignação de um setor da oposição civil da Aliança, principalmente dos mais jovens que não se conformaram com a derrota e apelaram para a revolução entre os meses de março e de outubro daquele ano. Porém, para que de fato ocorresse uma revolução, seriam necessárias forças armadas, buscou-se o apoio nos tenentes.

⁷ A Aliança Liberal nasceu de pacto para a eleição presidencial de 1930 firmado pelos líderes dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. O pacto era apoiado também pelo recém-formado Partido Democrático de São Paulo, que se opunha ao Partido Republicano Paulista, a força dominante no Estado. (SKIDMORE, 2003, p. 402).

A grande maioria das elites da Aliança Liberal havia combatido os tenentes. Naquela época os tenentes se encontravam recuados e, de uma maneira inesperada, se tornaram ponto importante para que se estourasse uma revolução. A revolução triunfou rapidamente no Nordeste brasileiro, onde teve grande apoio popular sobre a chefia de Juarez Távola. No Rio Grande do Sul, que era o coração da revolução, também teve êxito formando uma coluna do exército e da brigada militar, percorrendo os estados do Sul até chegar à capital da república, tomando o poder. (SKIDMORE, 2003).

Quando Getúlio chega ao poder, seja por intenções anteriores, seja por imposições daquelas circunstâncias, ele se transforma em um personagem centralizador, ao mesmo tempo modernizador do país e com fortes traços autoritários, tanto que seu período no poder ficou conhecido como a Era Vargas. Característica diferente do que ocorria no regime anterior, onde o poder era descentralizado e sequer havia uma figura de liderança com tamanho destaque. Getúlio teve que enfrentar problemas internos do seu governo, das forças que o apoiavam e problemas externos da oposição. Seu maior problema das forças aliadas foi o tenentismo, uma vez que participaram da Revolução de 1930, mas tinham suas ideias próprias sobre o que deveria ser feito. Logo, houve um verdadeiro confronto entre os tenentes e o governo, não um confronto armado, mas uma disputa política, que acabou com a vitória do governo Vargas. Assim, os tenentes ou saíram do exército, ou se integraram em movimentos radicais ou em sua maioria passaram a apoiar o governo⁸.

Os problemas externos vinham principalmente das elites regionais dos estados que não se conformavam com a política centralizadora, o caso mais grave ocorreu nas relações entre o Governo Federal e a elite de São Paulo. Getúlio não teve nenhum jogo de cintura com as elites paulistas, assim como teve com as outras forças sociais, dando origem a muitas resistências gerando a Revolução de 1932. São Paulo lutou durante meses praticamente sozinho e acabou derrotado pelas forças do exército nacional.

⁸Eles esperavam uma mudança fundamental, ainda que imprecisamente articulada, na administração pública, na assistência social e no nível da consciência nacional. Além disso, temiam recorrer a eleições cedo demais depois da revolução, porque sabiam que as tradicionais máquinas políticas estaduais, sem dúvida, manipulariam quaisquer eleições em benefício próprio. Em suma, a doutrina tenentista era elitista e antipolítica. Esses ambiciosos oficiais jovens desejavam forçar o surgimento do Brasil como nação moderna, e acreditavam que isso poderia ser conseguido a curto prazo, só com um quadro de um senso inflexível de missão nacional. (SKIDMORE, 2003, p.28).

A Revolução de 1932 foi chamada de Revolução Constitucionalista porque os revolucionários queriam acabar com o Governo Provisório, convocando uma Assembléia Constituinte para se aprovar uma Constituição no país e se implantar o regime democrático. Pode-se dizer que, nesse sentido, a revolução foi vitoriosa. Foi derrotada pelas armas, mas pôs na ordem do dia a necessidade de que havia de dar uma forma legal para o país e interromper o Governo Provisório. Dessa maneira Getúlio convocou eleições que foram realizadas em maio de 1933 para uma Assembléia Constituinte onde foi aprovada uma nova constituição em julho de 1934. Do ponto de vista político, o mais importante da Constituição de 1934 foi a instauração do voto secreto e o direito da mulher ao voto. Nesta assembléia, depois de aprovada a constituição, foi eleito por voto indireto o Presidente da República, Getúlio Vargas. (SKIDMORE, 2003, 32-42).

A partir de 1930 até o fim desta década, na área da economia, o Brasil tinha condições de produzir café numa escala muito maior do que o mercado mundial em crise poderia consumir, então se realizou uma política de queima do café. O governo comprava o café e o queimava para regular a oferta no mercado internacional.

Outra mudança importante foi a expansão da produção do algodão. Nesse momento de crise, o algodão veio em socorro das exportações brasileiras, e isso tem a ver com o fortalecimento da Alemanha sob o controle de Hitler. E foi a Alemanha Nazista que começou a comprar em larga escala o algodão brasileiro para produção de tecido. O impulso inicial dessa industrialização brasileira no pós 30 foi proporcionado exatamente pelas condições da crise mundial. Como era complicado importar produtos industriais acabados, porque a moeda brasileira da época tinha se desvalorizado e não existia moeda o suficiente, pois Brasil não exportava mais como antes de 1930, o país foi incentivado a substituir suas importações. Essas substituições se dão a partir da produção interna de bens materiais.

Sobretudo, a partir de 1930 com exceção dos japoneses, a mão-de-obra estrangeira deixou de vir para o Brasil, e a mão-de-obra utilizada nos grandes centros do Centro-Sul foi exatamente aquela que migrou de pequenas cidades mineiras e do nordeste, entrando principalmente na atividade da construção civil e da atividade industrial.

No nível federal, as reformas implantadas por Getúlio tiveram vários objetivos, um deles foi a implantação de um ensino técnico, demonstrando a preocupação com a industrialização e com a mão-de-obra qualificada. Outra coisa foi a melhora da qualidade do ensino e a padronização do ensino nos níveis secundários e nos níveis universitários. Tudo isso foi muito importante,

mas não se deve esquecer que a política getulista liquidou as condições de existência de um sindicalismo autônomo, uma organização própria dos trabalhadores. Fez tudo de cima pra baixo, autoritariamente, como de fato era seu estilo.

Outro traço inovador dos anos posteriores a 1930 foi o surgimento de movimentos sociais em maior expressão e em maior quantidade. Dentre esses movimentos devemos destacar principalmente dois: um de extrema direita, que era o integralismo; e um de extrema esquerda que era o movimento comunista.

O movimento integralista estava inspirado no fascismo e tinha como seu líder mais importante, Plínio Salgado, que era político e jornalista de São Paulo. Os integralistas eram nacionalistas, totalitários, adversários das liberdades democráticas e acreditavam num regime sustentado por um partido único. Eles apoiaram Getúlio Vargas na esperança de que, através de Getúlio, chegassem ao poder. Por sua vez, Getúlio lhes deu alguma corda até o golpe do Estado Novo em 1937. A partir daí, os integralistas foram marginalizados, uma parte deles tentou um golpe que fracassou e sua causa deixou de ter importância maior na cena política. (ARAÚJO, 1988).

Os comunistas tinham outra tática, que era a tática de enfrentamento, a tática de oposição, e chocaram de frente com o governo Getúlio. Formaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que pretendia ser uma grande frente popular contra Vargas e lutava por grandes reformas no país. O governo fechou a Aliança Nacional Libertadora, aplicou uma legislação repressiva, que era a lei de segurança nacional, e colocou os comunistas na ilegalidade. Eles partiram para uma iniciativa de revolução e, na realidade, acabou resultando numa verdadeira aventura, que foi a chamada Intentona Comunista de novembro de 1935. A consequência mais importante da insurreição comunista de 1935 foi o fato de que ela deu o pretexto que Getúlio Vargas e, principalmente a cúpula do exército, estavam esperando para iniciar uma repressão no país e, mais do que isso, preparar o caminho para a instalação de um regime autoritário, o que se fez através do golpe que instituiu o Estado Novo em 10 de novembro de 1937. (SODRÉ, 1986).

As articulações do estadista em 1936 mostraram que não seria difícil alcançar um modelo centralizador de governo. Com as ameaças comunistas, Vargas conseguiu no Congresso o direito de governar com poderes emergenciais, sendo desapiedado com os movimentos de esquerda. Vargas, então, precisava de apenas um motivo para que pudesse justificar o golpe. Mesmo assim, não deixou de demonstrar interesse nas eleições marcadas para janeiro de

1938, ao mesmo tempoem que aumentava sua participação dentro dos governos estaduais, neutralizando a oposição, principalmente de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul. (SKIDMORE, 2003).

Com o empenho do Ministro da Guerra, o General Eurico Dutra e o Chefe de Estado-Maior, Góes Monteiro, fez com que Getúlio Vargas visse suas aspirações de alcançar uma ditadura uma realidade bem próxima. Para instaurar de vez o novo regime, Vargas utilizou do “Plano Cohen”⁹ como desculpa para a criação deste governo. Via-se nesse período a imensa evolução produtiva da URSS, devido à sua capacidade de planejamento.

Surgiu então o Estado Novo, que compreendeu os anos de 1937-1945 e caracterizou um Estado forte, centralizador, interventor, agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômicos, um regime autoritário, onde todo o poder estava concentrado na figura do governante, acabando com a noção de democracia.

Sem nenhuma resistência, sem nenhuma oposição, as forças armadas fecharam o Congresso e se iniciou um novo regime, que assumiu de fato feições de uma ditadura. Foram suprimidas as eleições, os partidos (inclusive a Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado) e a liberdade de expressão. Na maneira de ver de Getúlio, dos generais e das elites civis que o apoiavam, não deveria existir espaço para os partidos políticos, pois eram nocivos à organização do país. Era necessário organizar um todo nacional de cima para baixo tendo como chefe supremo Getúlio Vargas.

Durante o Estado Novo, houve uma ampla utilização do cinema, do teatro, do jornal e do rádio para enaltecer as façanhas do governo Vargas e do Estado Novo. Isso representou algo muito diferente, algo inovador considerando o que era o Brasil antes desse período.

Ao contrário do que ocorria neste tipo de governo fascista na Europa, como mostra Skidmore (2003, p. 53) “[...] Vargas não organizou nenhum movimento político para nele basear seu regime autocrático.”

Com um modelo centralizador, Getúlio conseguiu diminuir as distâncias entre os governos estaduais e o federal, pois já não havia tanta concentração de poder regional, as decisões eram tomadas pela União.

⁹ Tratava-se de um plano supostamente comunista, visando o assassinato de personalidades importantes e a tomada de poder. O nome de tal plano foi dado por Góes Monteiro que o teria descoberto. Garcia, Eugênio Vargas (2000, p. 111).

Vargas passou a interferir diretamente na economia do país e, inclusive, as questões referentes ao café também se tornaram uma questão do governo federal. Chamou para si a responsabilidade dos sindicatos trabalhistas, previdência social e as jurisdições fiscais.

Para administrar tanto poder concentrado foi criado, em 1938 o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), o que diminuiu o nepotismo, as regalias e as influências dos funcionários públicos. Outro órgão criado também na época foi o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que tinha o objetivo de divulgar de maneira positiva a imagem do governo e controlar o que a imprensa noticiava. (SCHWARTZMAN, 1982).

Toda a articulação bem sucedida da Era Vargas se deu também ao empenho de vários companheiros de luta, como Osvaldo Aranha, Francisco Campos e José Américo de Almeida, todos que, em momentos importantes, apoiaram e se dedicaram às decisões tomadas pelo presidente.

Uma questão muito importante no período do Estado Novo foi o que estava relacionado aos trabalhadores, onde, como governo populista, buscava o apoio desta classe e lhes oferecia leis de amparo ao trabalhador, contendo os movimentos dos sindicatos. Vargas conseguiu evitar estranhamentos da classe operária com a burguesia industrial, contribuindo para o crescimento da indústria na época.

Fatores externos e internos determinaram a crise do Estado Novo. O fato externo foi a vitória cada vez mais anunciada das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial, é como se todas as antigas ideias que vinham do começo dos anos 1930 entrassem em crise, se desprestigiasses e a ideia de democracia se tornasse muito forte. Vargas foi sensível a essa nova situação, porém fez uma jogada arriscada, que foi tentar se apoiar em uma mobilização popular (os “queremistas”, que apoiavam apenas uma Constituinte, porém com a permanência de Getúlio), como nunca tinha feito no passado. Para isso, encontrou apoio nos setores políticos e de trabalhadores que o haviam sempre sustentado. Houve uma grande participação popular, mas Vargas não continha os manifestantes e tampouco os apoiava a continuar a manifestação.(SKIDMORE, 2003).

Porém, essa mobilização desagradou os militares, como o general Góes Monteiro e o general Dutra (candidato de Vargas para sua sucessão),que haviam sido os articuladores do Estado Novo, por isso que muitas vezes se diz que o Estado Novo foi derrubado pelos mesmos homens que o implantaram.

Então, no momento em que Vargas substituiu João Alberto por seu irmão, Benjamin Vargas, como chefe de polícia do Distrito Federal, Getúlio foi deposto e conseguiu conservar intacto seu prestígio popular, não havendo por parte dos generais e das elites civis que o depuseram a intenção de retirá-lo do jogo político.

Política Externa

Getúlio Vargas assume o poder em 3 de novembro de 1930, momento em que o Brasil passava por sérios problemas relativos à crise de 1929, que afetou drasticamente a produção cafeeira do país. Como era o principal produto de exportação durante a República Velha, o café sempre determinou as ações e os caminhos a seguir também no comércio exterior brasileiro.

Ao encontrar tal cenário, Vargas se propôs a não dar continuidade à política econômica que vinha sendo utilizada, a de total exclusividade à proteção do café. Então, viu no desenvolvimento da indústria a saída para a crise que se instalara no mundo. Essa mudança caracteriza o rompimento do modelo agroexportador estabelecido até então, e entra num ciclo de industrialização e desenvolvimento do país.

Para a concretização dos objetivos, foram criados órgãos estatais que desenvolveriam a economia brasileira nesse segmento, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Federal do Comércio Exterior, Plano Geral de Viação Nacional, a Comissão de Similares e o Departamento Nacional do Trabalho. Esses organismos deram um caráter mais institucional, como a atitude de um Estado forte e que busca o seu desenvolvimento interno num momento de crise mundial, intervindo na economia. (GARCIA, 2006).

No Ministério das Relações Exteriores, é realizada uma reforma administrativa visando acompanhar mais de perto as questões econômicas e deixando o Itamaraty mais democrático, fundindo a Secretaria de Estado com os serviços diplomáticos e consulares. Dois funcionários foram enviados para Inglaterra e EUA a fim de participarem de cursos de especialização, ainda como medida da reforma do ministério.

Referente às questões regionais, o novo governo deu ênfase ao pan-americanismo, vista também no fim da “equidistância pragmática”. Vê-se ainda, a atitude de conciliador dos países

que haviam rompido relações diplomáticas, como Peru e Uruguai, Bolívia e Paraguai e Peru e Colômbia. Firmando as boas relações entre os países latino-americanos, foi assinado um Tratado de Não Agressão e Conciliação entre Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai e Paraguai em 1933. Nesse contexto regional, os Estados Unidos criam a política de boa vizinhança, que caracterizava o fim do intervencionismo nos países latinos americanos, cooperando nas relações econômica e militar, afastando a presença europeia no continente e concretizando sua liderança na região. (GARCIA, 2006).

No início da Era Vargas foram criados, revistos e concluídos vários acordos comerciais, tanto regionais quanto na Europa, África e Nova Zelândia, utilizando sempre a cláusula da nação mais favorecida.

No momento da instauração do Estado Novo, o cenário internacional vivia em extrema turbulência. As relações entre as grandes potências estavam estremecidas e o ressentimento alemão pelas consequências da I Guerra Mundial¹⁰ foi ponto decisivo para a eclosão de um segundo conflito de alcance mundial. A Alemanha comandada por Adolf Hitler, líder nazista, se preparava para tal conflito buscando apoio popular de seus nacionais.

A política externa de Vargas até o Estado Novo foi a de continuação à que ocorria antes, e estabelecida pelo barão do Rio Branco, a de aproximação com os Estados Unidos e tinha em Osvaldo Aranha um defensor dessa continuidade. Porém, já se iniciava a crescente presença alemã no país, tanto pelo comércio quanto pela difusão dos ideais nazistas no Brasil pelos alemães que viviam no país.

As alianças formadas pelo Estado Novo passaram a acreditar na importância do estabelecimento de uma indústria de base no Brasil, como a burguesia industrial percebeu que, para incentivar a industrialização, precisaria de uma intervenção do Estado; a burocracia civil entendia que este era o caminho para o país se tornar independente; e os militares viam na industrialização a possibilidade de fortalecer a economia.

O governo brasileiro tinha na pessoa de Osvaldo Aranha grande prestígio entre as autoridades norte-americanas, e era Embaixador do Brasil em Washington. Aranha não era favorável ao Estado Novo devido às suas características nacionalistas e autoritárias que contradiziam ao

¹⁰Ressentimento gerado pelo Tratado de Versalhes que foi assinado no dia 28 de junho de 1919, composto por 440 artigos recebido pela Alemanha como forma de pagamento aos países Aliados pelos danos causados pela I Guerra Mundial. Garcia, Eugênio Vargas (2000, p. 97).

conceito de democracia americano, pois acreditava que este deveria ser seguido pelo Brasil. Mas acabou aderindo ao novo sistema e se tornou Ministro das Relações Exteriores no período, tranquilizando o governo estadunidense.

O que de fato incomodava um pouco aos norte-americanos era a utilização do comércio compensado com a Alemanha, pois diminuía o fluxo de produtos americanos no Brasil e desfavorecia o livre comércio utilizado com eles.

No Brasil, por consequências do Estado Novo, deu-se início à nacionalização, o impedimento de propagandas e o fim dos partidos políticos, causando abalo nas relações com o Eixo, pois as ações integralistas iam contra as doutrinas racistas de Hitler. Estas previam a união de todos os brasileiros, advogavam a fusão das raças¹¹ e impediram que os estrangeiros tivessem atividades políticas. Ainda como consequência do Estado Novo, Vargas fecha o Congresso e estabelece um populismo autoritário e centralizador, que tinha suas premissas no corporativismo italiano e então, outorga a quarta Constituição do Brasil, que é denominada de “polaca” e suspende o pagamento da dívida externa¹².

Na visão norte-americana, seria de extrema importância evitar que o Brasil ficasse a mercê dos alemães, pois estes tinham interesses na posição geográfica brasileira e em seus minerais estratégicos, sendo essa a grande preocupação dos EUA com o Estado Novo. Enquanto que, para a Alemanha, será relevante um distanciamento do Brasil com os Estados Unidos, pois precisava das matérias-primas e do mercado brasileiros. (CERVO E BUENO, 2002, p. 250).

O Brasil utilizou dessa preocupação pelos dois Estados em guerra e também por uma divisão interna, para utilizar a “Equidistância Pragmática”.¹³ Os grandes objetivos de Vargas durante o Estado Novo era a implementação de uma usina siderúrgica e a reorganização das Forças Armadas, visto que almejava um desenvolvimento para o país na indústria de base e necessitava melhorar o armamento militar, pois foi graças ao apoio dos militares que conseguiu instaurar o novo regime. O Brasil usou de duas modalidades de comércio, com a Alemanha adotou o “comércio compensado”¹⁴ e com os Estados Unidos aderiu ao livre comércio.

¹¹ Cervo e Bueno, 2002, p. 247.

¹² Garcia, Eugênio Vargas, 2000, p. 111.

¹³ Cervo e Bueno, 2002, p. 250. Barganha na qual o Brasil tira proveito da disputa existente entre os dois blocos de poder, Estados Unidos e Alemanha.

¹⁴ Cervo e Bueno, 2002, p. 254. Sistema em que importações e exportações eram feitas à base de troca de mercadorias, cujos valores eram contabilizados nas “caixas de compensação” de cada país.

Com intenção de alcançar seus alvos, o governo utilizava desses interesses para fazer um jogo com as duas nações. Contudo, é importante ressaltar que inúmeras foram as tentativas norte-americanas de fazer com que o Brasil não se alinhasse ao Eixo, como o convite ao ministro das Relações Exteriores brasileiro para uma visita aos Estados Unidos, as visitas do general George Marshall ao Brasil e do general Góes Monteiro aos EUA e a venda exclusiva de minerais estratégicos brasileiros aos norte-americanos. (CERVO E BUENO, 2002, p. 252).

Para tal situação, Vargas aproveitou do pragmatismo para se neutralizar durante todo o processo que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, pois se sabe que a partir da eclosão do conflito, tornou-se difícil utilizar desta barganha, uma vez que a guerra complicou as rotas marítimas alemãs. Os ganhos derivados da equidistância foram possíveis devido às divisões internas, à concorrência entre essas duas novas potências e ao afastamento das potências clássicas. (MOURA, 1980, p. 63).

Utilizando de muita astúcia, Getúlio Vargas foi bastante perspicaz em todas as decisões que tomava relacionadas aos rumos do Brasil no período de guerra.

Dentro do próprio governo havia divergências com relação ao apoio alemão ou estadunidense, como vemos em Moura:

Produtores e exportadores de café e cacau achavam-se vinculados preferencialmente ao mercado americano, embora a Alemanha absorvesse grande volume desses produtos. Produtores e exportadores de carne, couros, lã, tabaco e frutas — especialmente os do sul do país — ligavam-se principalmente à Alemanha. Os industriais procuravam matérias-primas tanto em um como em outro país. Importadores de bens acabados se dividiam, voltando-se as casas comerciais do sul do país para a Alemanha. O Exército dava preferência à Alemanha em suas compras, enquanto a Marinha se voltava para a Inglaterra. Os setores financeiros operavam com Estados Unidos e Inglaterra. A divisão era completa. (MOURA, 1980, p. 57).

É de saber que o Estado Novo tinha inúmeras questões em comum com a Alemanha Nazista de Hitler, mas por outro lado também tinha um histórico de parceria e fidelidade com os EUA, além da influência cultural. Quanto à Alemanha, tinha o “comércio compensado”, que era bastante favorável para o momento em que se vivia, pois com a Crise de 1929 as economias estavam aniquiladas e assim podiam fazer trocas de mercadorias, onde o Brasil exportava matérias-primas e importava equipamento bélico. Por outro lado, esse “comércio compensado” era desfavorável no que se referia ao tipo de comércio que o país realizava com

os Estados Unidos, o livre comércio, com a cláusula da nação mais favorecida.¹⁵ Pois com o sistema de trocas não havia circulação de moeda para que o Brasil pudesse usar do livre comércio com os norte-americanos. (CERVO e BUENO, 2002, p. 220-235).

Vargas, durante o Estado Novo adota políticas liberais no âmbito internacional e políticas sociais no ambiente doméstico. Getúlio não cortou relações econômicas com nenhum Estado, ele, ao contrário, fez uma barganha política para saber quem cederia aos seus anseios, pois estava o Brasil num contexto de disputa entre os dois lados da guerra. O Brasil sempre teve relações comerciais com os Estados Unidos e com a Alemanha, mas a partir de 1930, o quadro de quantidade de exportação e importação dos mesmos começou a ser alterado, podendo ser perceptível a elevação dos números no período de 1934-1938 frente à Alemanha, enquanto que com os EUA, diminuía expressivamente. Contudo a partir de 1939, com o início do conflito, houve uma aproximação econômica com os EUA, diminuindo a presença comercial alemã e aumentando a dos norte-americanos. Assim, percebe-se que, com a guerra, as relações econômicas do Brasil com os EUA deram um salto significativo¹⁶.

Para firmar seus objetivos, Vargas discursou em 11 de junho de 1940 a bordo do encouraçado *Minas Gerais*¹⁷, onde fez elogios ao regime totalitário alemão e também demonstrou estar integrado à política de cooperação continental, firmando assim, a sua neutralidade diante do conflito. Este discurso causou temores aos norte-americanos, visto que Getúlio demonstrou admiração à maneira como a Alemanha estava sendo conduzida. Este discurso foi visto com grande entusiasmo pelos fascistas e com profundo desapontamento pelos Estados Unidos¹⁸.

¹⁵ A cláusula da nação mais favorecida determina "que os privilégios tarifários que um país concede a outro sejam extensivos a todos os países com os quais tenha assinado contratos concessivos do tratamento da nação mais favorecida" Cervo e Bueno, 2002, p. 220.

¹⁶ Cervo e Bueno. 2002. p. 253-258.

¹⁷ O discurso começava com uma breve defesa do pan-americanismo, para, em seguida, atacar a organização social e política liberal. "Velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio... o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras." Sem nomear a Alemanha ou a Itália, o presidente elogiou "as nações fortes que se impõem pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade". No caso do Brasil, Vargas considerou como uma consequência positiva da situação internacional "o aumento da produção nacional, procurando o país bastar-se a si mesmo", e reiterou também a necessidade do "aparelhamento completo das forças armadas". Fonte:

http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_24.asp Acesso em: 02/06/2008 às 15:30.

¹⁸ As palavras de Getúlio foram interpretadas como uma declaração de que o Brasil estaria se associando aos países do Eixo no conflito mundial. Enquanto Mussolini expressava, por telegrama, sua admiração por Vargas, nos Estados Unidos a surpresa e o desapontamento não tiveram limites. Na véspera, dia 10, com a capitulação da França e a entrada da Itália na guerra ao lado da Alemanha, Roosevelt fizera um pronunciamento dramático sobre o perigo nazi-fascista. "Violento e sibilantemente pró-Eixo", segundo Edgar Carone, o discurso de Vargas pode ser interpretado, porém como uma manobra para forçar uma definição dos EUA em favor da implantação da siderurgia. Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_24.asp Acesso em: 02/06/2008 às 15:30.

Diante de tanta confusão em relação ao seu pronunciamento, Vargas discursou novamente para reafirmar as questões fundamentais de seu discurso anterior e enfatizou o pan-americanismo e o fortalecimento da economia e do militarismo do Brasil¹⁹.

Nesse momento, o governo alemão autoriza o fornecimento de dinheiro para a construção da siderúrgica. Porém, nessa altura, os Estados Unidos perceberam a importância de disponibilizar recursos para o Brasil, assim evitaria um possível alinhamento com a Alemanha.

Os norte-americanos relutavam para atender às exigências de Vargas, entretanto passaram a ver como sérias as ameaças de um acordo alemão com o Brasil (após o discurso 11 de junho de 1940). Perceberam então, que esse era o preço brasileiro para o alinhamento com eles e esse alinhamento era fundamental para as pretensões estadunidenses. Em setembro de 1940 foi assinado o acordo em que seria construída a siderúrgica através de empréstimos ao Eximbank e meses depois fizeram um contrato para que fossem adquiridos os equipamentos. (MOURA, 1991, p. 19-21).

Em julho de 1941, os Estados Unidos passam a ter exclusividade dos minerais estratégicos brasileiros e obtém aval para a Panair do Brasil construir as bases aéreas no território brasileiro, ficando mais próximos da África, Oriente Médio e firmando seu controle sobre os países Latino-Americanos. E em setembro do mesmo ano foi, como vemos nas palavras de Garcia:

Assinado em Washington, acordo entre o Brasil e os EUA para o fornecimento recíproco de materiais militares e informações sobre defesa, incluindo a compra de armas norte-americanas pelo *Lend&Lease*, o Programa de Empréstimo e Arrendamento. Até o final da guerra, o Brasil receberá cerca de US\$ 360 milhões em equipamento militar, 73% do total enviado à América Latina. (GARCIA, 2005, p. 155).

Os Acordos de Washington são assinados no momento da visita do ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa (em março de 1942), ficando acertado que, como vemos em Garcia:

¹⁹ Entrementes, o governo alemão procurou tirar partido da situação, autorizando seu embaixador no Rio, Kurt Prüfer, a propor ao presidente uma grande transação de trezentos milhões de marcos e a "entrega rápida de uma siderúrgica" um ano depois do "fim da guerra". Mas, nessa altura, os EUA mudaram de posição e endossaram a opinião do embaixador Caffery, segundo o qual a concessão do financiamento "era da mais alta importância" para evitar que Vargas se voltasse para Berlim. Para Caffery, havia chegado a hora de Washington decidir se valeria a pena pagar esse preço para manter o Brasil fora do controle alemão. Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5458_24.asp Acesso em: 02/06/2008 às 15:30.

Os EUA concedem um empréstimo de US\$ 100 milhões para financiar o projeto siderúrgico e um crédito de US\$ 200 milhões para a renovação das Forças Armadas. Trata-se do maior compromisso dos EUA com um país latino-americano durante a Segunda Guerra. (GARCIA, 2005, p.156).

Tendo em questão o fato de o Brasil ter boas relações com o vizinho do Norte, a política de boa vizinhança²⁰ firmou ainda mais essa amizade entre os dois. Essa política, segundo Moura, é “caracterizada pela revogação de métodos coercitivos e pela adoção de negociações diplomáticas e colaboração econômica e militar”. (MOURA, 1980, p.58).

Em 1941 os Estados Unidos entram na guerra devido ao ataque realizado pelos japoneses a Pearl Harbor, obtendo a solidariedade de Getúlio Vargas. No início de 1942, o Brasil rompe suas relações diplomáticas com o Eixo (por recomendações de uma reunião com ministros americanos), ocasionando em represálias por parte dos alemães (ataque a navios brasileiros, matando centenas de pessoas). Em agosto de 1942 após o torpedeamento de mais cinco navios brasileiros, foi declarado o estado de beligerância com a Itália e Alemanha. Dez dias após a declaração de beligerância, é firmado um decreto declarando estado de guerra em todo o país. (GARCIA, 2005).

A participação do Brasil na guerra se deu mais por insistência de Getúlio. Mesmo os britânicos sendo contra, 25 mil soldados foram para a Europa no primeiro contingente da FEB com o apoio dos Estados Unidos. (GARCIA, 2005).

A saída do poder de Getúlio Vargas se deu num contexto de afirmação das forças democráticas o que contradizia com o regime autoritário dentro do país. Vargas foi deposto e José Linhares assume o seu lugar. (MOURA, 1991)

A “Equidistância Pragmática” foi a maneira como Vargas decidiu conduzir o Estado Novo que teve fim juntamente com o término da guerra, causando a queda do regime adotado por ele. Logo, a política externa do Brasil era definida pela “equidistância pragmática”, barganhando e conseguindo os seus grandes objetivos no período.

²⁰Implementada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos (1933 a 1945), a chamada política de boa vizinhança tornou-se a estratégia de relacionamento com a América Latina no período. Sua principal característica foi o abandono da prática intervencionista que prevalecera nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região, manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_relint_boavizinhanca.htm Acesso em 11/04/2008 às 17:47.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revolução de 1930 põe fim ao domínio absoluto das oligarquias agroexportadoras, porém não acaba com a participação dos latifundiários que dominavam o período anterior. Entretanto, passam-se a ter importância os interesses de novas classes – como a burguesia, os industriais e os militares – quando das decisões tomadas pelo Estado. Porém, a classe operária continua sendo excluída do processo político brasileiro. Mesmo tendo estes, desde o início da década de 1920, começado as suas reivindicações, não conseguiram grandes resultados participativos no governo, porém, suas manifestações deixaram de ser caso de polícia, passando a uma questão social, com a criação do Ministério do Trabalho.

Deu-se fim também à descentralização existente desde o início da República, o poder se concentrou na idéia de unificação do país, deixando de serem estados autônomos e não sendo mais os interesses das oligarquias estaduais os interesses de toda a nação. Todas as decisões passaram a ser de responsabilidade do presidente Getúlio Vargas, que era a figura central do seu governo.

Os grupos que detinham a capacidade de redirecionar a política da República Velha passam das oligarquias regionais produtoras de café para os grupos que apoiaram a Revolução de 1930, os políticos da Aliança Liberal e os tenentes.

A eminência de um conflito mundial entre as potências liberais-democráticas e a Alemanha Nazista, os interesses delas no Brasil e ainda a divisão interna entre os componentes do governo (liberais e nacionalistas) fizeram Vargas utilizar da “equidistância pragmática” para barganhar os interesses da nação e conseguir ainda adiar até o último momento seu alinhamento.

Assim, Getúlio Vargas passou a negociar visando alcançar o máximo de vantagens que pudesse (os objetivos principais eram a usina siderúrgica e o rearmamento militar), aproveitando do conflito mundial entre a Alemanha e os Estados Unidos, que buscavam uma hegemonia mundial e precisavam do Brasil como fornecedor de matérias-primas e aliado estratégico.

Para evitar um alinhamento automático e não conseguir tirar nenhum proveito do conflito, Vargas utiliza da barganha, se distanciando dos Estados Unidos e só quando não mais é

possível, se alinha a eles. E além de conseguir seus interesses principais, ainda alcança maior participação no ambiente internacional com o fim do conflito devido à sua participação no mesmo.

A política externa de Vargas era nacionalista, buscava seu desenvolvimento numa política urbano-industrial através de conquistas externas e tinha a intervenção do Estado na economia como medida protecionista.

Começamos a ver na política externa de Vargas uma autonomia que não existia na República Velha. No alinhamento do barão do Rio Branco, por exemplo, aos Estados Unidos, vemos que ele direciona a política externa para alcançar os interesses nacionais ao perceber a mudança de configuração de poder mundial, passando da Inglaterra aos estadunidenses. Já na política externa de Vargas, é realizado um distanciamento com os Estados Unidos (visto o declínio das relações comerciais com o país no período da equidistância pragmática) e a disponibilidade para outros parceiros, mostrando sua autonomia. Logo, a política externa de Vargas se difere da adotada anteriormente quando ele alcança os seus objetivos antes de se alinhar aos Estados Unidos.

É importante deixar claro que, a política externa da República Velha não se resume ao barão do Rio Branco e nem o Primeiro Governo de Vargas tem na “equidistância pragmática” toda a sua política externa. Porém, nota-se essa diferença (como uma mudança importante), entre a maneira de conduzir as relações exteriores pautadas em seus objetivos em cada governo e ainda alcançando ganhos importantíssimos.

Portanto, podemos concluir que a mudança que ocorreu de um período para o outro se trata de uma mudança de programas, como vemos em Vigevani e Cepaluni (2007, p. 278), “Buscam-se as mesmas metas por meio de novos meios ou instrumentos; por exemplo, por meio de negociações diplomáticas ao invés da força militar. A forma de implementar a política muda, mas as propostas iniciais permanecem inalteradas.”

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARONE, Edgard. **A primeira república: (1889-1930): texto e contexto**. São Paulo: Difel, 1969.

CERVO, Amado Luiz; BEUNO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª edição, Editora Universidade de Brasília, Brasília. 2002.

FAUSTO, Boris: **A Revolução de 1930: historiografia e história**, São Paulo, Brasiliense, 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GARCIA, Eugênio Vargas. “A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Ligadas Nações”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 37(1), 1994.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

HILTON, S. **O Brasil e a crise internacional: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência:** a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões:** relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon, (Org.) **Estado Novo, um auto-retrato:** (arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942:** o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Nacional, 1985.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **O Estado Novo: 1937-1945.** São Paulo: Três Comércio de Publicações, 1983.

SILVA, Hélio. **1937 todos os golpes se parecem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SINGER, Paul. **O Brasil no contexto do capitalismo internacional – 1989-1930.** In.: FAUSTO, Boris (org). 1977. **História geral da civilização brasileira.** 2ª. Ed. São Paulo: Ed.Difel.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da segunda guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v.29, nº 2, p.273-335. 2007.